

POLÍTICAS PARA INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

*SOCIAL INCLUSION POLICIES FOR RECYCLABLE
MATERIAL COLLECTORS*

Ricardo de Sampaio Dagnino*

Renato Peixoto Dagnino **

RESUMO – Este artigo tem como objetivo informar ações visando a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis através da sua coleta e comercialização. Tem como propósito o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e como meio a inclusão social dos agentes hoje envolvidos os processos que se dão em torno da coleta e reciclagem de materiais recicláveis: os catadores. O texto procura mostrar algumas iniciativas que poderiam ser adotadas por gestores de políticas e ainda dados que refletem um pouco da realidade da coleta seletiva nos municípios brasileiros no período 2000-2008 e dos caminhos para se atingir a meta das cidades saudáveis e sustentáveis. Ao final dedica-se a apresentar propostas de inclusão dos catadores em projetos de Economia Solidária e as ferramentas da tecnologia social que poderiam favorecer a realização desses projetos.

Palavras chave: Catadores, reciclagem, política pública, economia solidária, tecnologia social.

* Geógrafo, Doutorando em Demografia NEPO/IFCH/UNICAMP

** Professor Doutor do DPCT/IG/UNICAMP

1 O JOGO DA RECICLAGEM

Na língua portuguesa, o termo resíduo sólido tem substituído a palavra lixo numa tentativa de desmistificar o produto do metabolismo social. A palavra lixo vem constantemente carregada de significados ligados ao que não serve mais e, como sabemos, este não servir é carregado de dinamismo, sendo o lixo o produto na saída de um sistema (output), ou seja, aquilo que foi rejeitado no processo (de fabricação), ou que não pode mais ser reutilizado em função das tecnologias disponíveis (BÉRRIOS, 2003).

No meio do caminho entre o que é descartado pela população consumidora e o que as indústrias redirecionam para os processos produtivos, estão uma série de trabalhadores denominados catadores, separadores e/ou recicladores que destinam todo o tipo de material que pode (ou melhor, que vale a pena) ser reciclado para essas indústrias ao invés de ir para um aterro sanitário ou lixão.

Além da reprodução ampliada do capital empregado na produção, o interesse maior recai sobre a revalorização do trabalho que foi socialmente utilizado em sua produção e que nele continua incorporado. Mais do que recuperar o valor de uso dos materiais, o que interessa nos processos de reciclagem é resgatar o seu valor de troca (LEAL et al, 2002).

Concordando com Leal et al (2002), o grande motivador para a reciclagem industrial é a recuperação do valor de trabalho socialmente necessário embutido nos materiais. Isto só é possível em função da apropriação do trabalho não pago aos catadores. Dito de outra forma: se não fosse pela exploração do trabalho dos catadores, a reciclagem não valeria tanto a pena. E isto não só pela ocorrência de uma desigualdade de mercado, entre o preço de venda e o de compra, mas em função de um mecanismo interno do sistema capitalista: a reprodução ampliada do capital, que determina as especificidades econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento.

Por outro lado, Colla et al (2002) ressalta que os catadores, depois da coleta, podem reutilizar o material, trazendo de volta a vida os objetos em função do seu valor de uso, ou podem transformá-lo em mercadoria, incorporando-lhe valor mediante sua apropriação pelo trabalho e posterior comercialização. Esse processo pode ser chamado de tecnologia social e possui grande capacidade de incrementar os ganhos dos catadores (como veremos mais adiante neste trabalho).

Recentemente, a pressão dos catadores de materiais recicláveis sobre as administrações públicas ocasionou modificações na forma como os governantes e a iniciativa privada têm

lidade com estes trabalhadores, enquanto segmento organizado da sociedade. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), criado no final dos anos 90, foi um elemento importante dessa pressão. Motivados em grande medida pelo crescimento no número de catadores e também pelo seu papel de destaque como agente ambiental na limpeza urbana, temas que foram aprofundados em outras oportunidades (DAGNINO, 2004; DAGNINO e VERDUM, 2006), esses trabalhadores ganharam a atenção que há tanto tempo almejavam. Como parte da estratégia de luta que garantiu essa atenção, os catadores resolveram incrementar sua luta com a criação de uma organização de escala nacional, a exemplo do que vem ocorrendo com outros agentes sociais (desde os sem-terra, até mais recentemente os sem-teto e aposentados), consolidando uma rede de troca de informações e de resistência dos catadores de recicláveis.

Essa situação, em que pelo menos três agentes – empresários, catadores e gestores governamentais – atuam no sentido de defender seus interesses e cumprir seus objetivos influenciando a elaboração das políticas públicas, sugere que a reciclagem dos materiais recicláveis seja abordada segundo a perspectiva da análise de políticas públicas de Ham e Hill (1993).

Tal situação pode, também, ser entendida a partir de um arcabouço sociológico mais amplo, como o proposto por Pierre Bourdieu (2000). A partir dele, a forma de garantir que a interação – em jogo (*en jeu*, no original) – entre agentes sociais envolvidos no campo da política pública conduza à elaboração de arranjos – e posturas (*habitus*, no original) – econômicos, sociais e institucionais, deve levar em conta os interesses presentes e futuros da sociedade.

Neste sentido, e sem pretender apresentar aqui os pormenores dessas abordagens, cabe destacar algumas de suas contribuições para a análise que nos interessa.

A primeira tem a ver com dois conceitos básicos de Bourdieu, a partir dos quais se iniciaria o tratamento da questão com vistas à elaboração de uma política pública para os materiais recicláveis, com atributos de racionalidade técnica e viabilidade política. Primeiro, o conceito de agente social, representado por uma pessoa, grupo ou organização que participa de algum jogo social, que possui um *habitus*, um projeto político, controla algum recurso relevante, tem, acumula (ou perde) forças no jogo e possui, portanto, um campo, uma capacidade de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto.

A noção de jogo, algo inerente ao agir social, que pode ser de natureza

cooperativa ou conflitiva, em que os agentes, com perspectivas que podem ser comuns ou divergentes, possuem recursos distribuídos segundo suas histórias de acumulação de forças em jogos anteriores, é essencial. Como o é a constatação de que as “regras” do jogo podem alterar-se segundo o interesse dos agentes em função de jogadas e acumulações, reconfigurando as condições em que ele se desenvolverá. É mediante esta história do jogo que eles podem ampliar, ou reduzir, sua capacidade de produzir novas jogadas e alterar a situação inicial.

A segunda contribuição se refere à abordagem de Ham e Hill (1993), de análise das políticas públicas. Se aplicado sistematicamente sobre uma perspectiva mais ampla, como a proposta em Dagnino et al (2004), ela poderia adicionar um avanço nas políticas públicas da reciclagem, uma vez que as condições objetivas (econômicas, políticas) poderiam ser integradas às subjetivas (culturais, sociais) – ambas situadas no âmbito de ação ou governabilidade dos agentes que participam no jogo.

O marco analítico-conceitual adotado se beneficia também da teoria do espaço dividido e dos circuitos da economia proposta por Milton Santos. Coelho e Magalhães (1987), em seu levantamento sobre a produção científica mais relevante sobre pobreza urbana e mercado de

trabalho dentro das ciências sociais, destaca que a teoria dos circuitos de Milton Santos representa um marco nos estudos de organização do trabalho, de geografia urbana e das ciências sociais. Este marco, segundo Coelho e Valladares (1987, p.221), contribui para a “localização econômico-espacial do que vem sendo chamado de ‘pobreza urbana’ ou trabalhadores do setor informal”.

À época da realização do trabalho de Dagnino (2004) sabia-se da existência de três trabalhos que buscavam relacionar a teoria dos circuitos e do espaço dividido de Milton Santos (1979)¹. Um era do geógrafo Manuel Bérrios (1999) que utilizou essa teoria para explicar como diferentes estratos sociais tinham acesso aos objetos e serviços oferecidos na sociedade de consumo. Os outros dois trabalhos são do geógrafo Roberto Verdum que, em dois momentos diferentes, utilizou essa teoria para entender e explicar os processos que atuavam sobre o ciclo do papel reciclável em Porto Alegre. O primeiro de Verdum (1988), retrata uma realidade onde os catadores atuavam em completa informalidade - a coleta seletiva do resíduo domiciliar seria institucionalizada dois anos mais tarde - o que dá o contraste na comparação com o período atual.

¹ Depois desse trabalho outros vieram na linha de resgatar a teoria dos circuitos e do espaço dividido de Milton Santos, com destaque para o trabalho de Eliane Silva (2007) também orientado por Roberto Verdum.

Posteriormente, Verdum (2000) retomou essa pesquisa inicial. Escrevendo em retrospectiva, ele argumenta que, nas atividades dos dois circuitos, são encontradas as diferentes formas de relações de trabalho, resultando na marginalização das pessoas que são a base do processo de beneficiamento industrial do papel: os papeleiros.

O emprego dessa teoria permanece viável, pois, se por um lado, abre a possibilidade de análise sobre a articulação entre diferentes escalas de espaço, absoluto e grafável, por outro, possibilita também a análise através da escala do tempo, incorporando o espaço vivido.

Com essa perspectiva, as seções que seguem exploram algumas linhas de ação que poderiam vir a ser perseguidas no sentido de articular os interesses dos agentes envolvidos no jogo da reciclagem.

2 A RECICLAGEM VISTA PELOS JOGADORES: EMPRESÁRIOS E CATADORES

Esta seção trata dos aspectos econômicos da reciclagem e dos objetivos dos atores sociais envolvidos com essa atividade.

Usualmente a indústria é entendida segundo dois pontos de vista. Apesar de estarem inseridas no mesmo circuito

superior da economia (SANTOS, 1979), deve-se atentar para a existência de diferentes tipos de empresas. As que geram muitos resíduos vêem a reciclagem como uma possibilidade de minimizar custos. As que geram energia através da utilização de resíduos ou que tratam os resíduos de outros, através do gerenciamento, da reciclagem ou beneficiamento, por exemplo, entendem o resíduo como gerador de receita. Para fins de contabilidade e de tomada de decisão concernente à elaboração de políticas públicas orientadas aos dois tipos de empresas, os custos da reciclagem ou do descarte adequado do material devem ser contrastados com o custo social e ambiental (traduzido ou expresso em indicadores econômicos) e do passivo ambiental originado pela disposição inadequada dos materiais.

Por outro lado, para os catadores, a atividade de reciclagem é vista como uma oportunidade de sobrevivência – uma das poucas ao alcance do segmento social a que pertencem. É neste sentido que Milton Santos (1979, p.156) define o circuito inferior - o campo destes agentes – como o circuito movido pela sobrevivência e pela criatividade².

² Segundo Milton Santos (1979, p.156): “O circuito inferior também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: ‘Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...’ O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios

O circuito inferior do ciclo do papel, como destacado por Verdum (1988), incorpora uma parte da massa de desempregados que é expelida do circuito superior; estes trabalhadores marginalizados são o resultado da modernização tecnológica. Isto pode ser comprovado em Porto Alegre pelas pesquisas de Clitia Martins (2003, 2005) que, ao utilizar os dados do Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem em Porto Alegre, realizada através do convênio UFRGS/PMPA/SMED em 2001, mostra que a alternativa do trabalho na reciclagem como catador é uma forma de sobrevivência à situação de vulnerabilidade social, ao desemprego ou ao trabalho não especializado. De maneira ilustrativa, dentre as experiências profissionais anteriores ao trabalho de catador há uma incidência maior de experiência prévia em trabalhos domésticos representando (35% do total de entrevistados), 14% já haviam trabalhado como papeleiros, catadores ou garis, e 8% haviam passado pela construção civil, como pedreiros, serventes ou auxiliares (MARTINS, 2005, p. 71).

De maneira geral, as relações de trabalho no circuito inferior são informais

de água ou em vasos de flores, etc. isso ocorre também com as roupas que passam de pai para filho, do irmão mais velho para o irmão mais novo, se já não foi comprada de segunda mão; na construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a baixo preço.”

ou temporárias, cabendo às empresas que atuam nesse circuito inferior fornecer ocupação para a população pobre da cidade, uma mão-de-obra pouco especializada que não interessa para a indústria.

No ciclo dos materiais recicláveis, as empresas de reciclagem localizadas no circuito superior utilizam uma tecnologia de nível relativamente elevado de especialização, usualmente intensiva em capital e proveniente dos países avançados. Assim, as atividades do circuito superior tendem a concentrar poder e controlar o ciclo por inteiro. É importante lembrar que o mercado dos recicláveis se configura, pelo lado da demanda, como um oligopsônio - poucas empresas têm capacidade de adquirir determinadas mercadorias -, o que demonstra ainda mais a concentração exercida pelo circuito superior. Desta forma, os materiais que são coletados pelos trabalhadores do circuito inferior (que configuram uma situação de “concorrência perfeita” do lado da oferta) são separados e depois remetidos às empresas. Neste processo o material vai tendo seu valor aumentado, à medida que percorre o ciclo em direção ao circuito superior.

No caso do município de Porto Alegre, estudado em Dagnino (2004), mesmo com o processo de institucionalização da coleta de materiais

recicláveis pela prefeitura (que se chamou de coleta seletiva) essa configuração não sofreu muitas alterações na sua estrutura fundamental, embora alguns aspectos diferenciais possam ser observados, como por exemplo o respeito que esses trabalhadores conquistaram na sociedade e a inserção deles nos processos produtivos com o reconhecimento do seu trabalho na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Sendo assim, a coleta seletiva não representa uma modificação estrutural porém dinamiza e acelera ainda mais estas relações entre os dois circuitos.

A forma como descrevemos o ciclo do material reciclável permite visualizar a desarmonia e os conflitos que envolvem a questão: (1) os materiais são separados pelos catadores segundo sua natureza e valor de mercado; (2) depois são vendidos para um ou mais intermediários; (3) os intermediários revendem os materiais à indústria recuperadora ou beneficiadora, que poderá repassar à indústria recicladora ou ser ela própria a recicladora do material.

Neste processo, quanto mais o material percorre o ciclo – dos catadores até a indústria recicladora –, atravessando os circuitos econômicos ou campos de ação de cada um desses agentes, a este material vai sendo agregado valor, e maior fica o seu preço ao longo do caminho que percorre até a reciclagem. Isso significa que o catador situado no início do processo

recebe proporcionalmente bem menos dinheiro pelo mesmo material que é vendido pelos intermediários às empresas e que será finalmente reciclado.

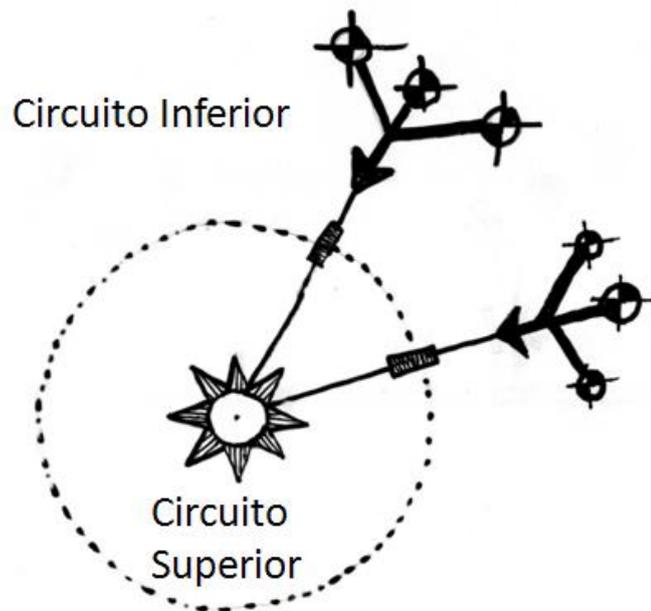
No final do ciclo, o agente que mais ganha com o processo são dois tipos de empresas da indústria: em primeiro lugar, as recicladoras e, em segundo, as beneficiadoras. Lembrando que a conexão destas duas normalmente se dá em função de uma harmonia entre os interesses políticos e econômicos destes dois agentes localizados no topo da hierarquia da reciclagem (GUADAGNIN e COLLA, 2002).

Nos países desenvolvidos, grande parte das empresas se interessam pelo controle das duas atividades industriais, de beneficiamento e de reciclagem. De certa forma, o que temos no Brasil é uma herança de modernizações já ultrapassadas por aqueles países. Assim, as atividades da indústria recicladora podem ser incluídas no circuito superior, ao passo que as da indústria beneficiadora são incluídas em uma pequena área de conexão periférica do circuito superior, chamado de circuito superior marginal³.

³ Milton Santos (1979, p. 80) define o circuito superior marginal da seguinte forma: “A atividade de fabricação do circuito superior divide-se em duas formas de organização. Uma é o circuito superior propriamente dito, a outra é o circuito superior marginal, constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional. O circuito superior marginal pode ser resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a

Apesar dessa diferença sutil em termos da modernização, resolveu-se agrupar as empresas de beneficiamento e de reciclagem em um mesmo elemento, colocando o circuito superior marginal como parte de um único grande circuito superior. Representada graficamente como uma estrela, este elemento está no centro e acima na relação que se estabelece em função do mercado oligopsônio – onde tudo é vendido para poucos. Como se pode observar na figura 1, as pontas da estrela procuram ressaltar a característica fundamental da empresa capitalista, que é sua atitude de repulsa às inovações que vêm de baixo na relação de luta de classes, e de fora dos processos de inovação tecnológica desenvolvidos pelos países centrais.

Figura 1 – Representação gráfica dos circuitos inferior e superior no processo de coleta e reciclagem de materiais. Fonte: Adaptado de Dagnino (2004, p.88).



| | |
|--|---------------|
| | Indústria |
| | Intermediário |
| | Atravessador |
| | Catadores |

resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente.”

O intermediário é outro agente que aparece em todos os movimentos, representado graficamente como um tubo que canaliza os materiais destinados à indústria. Um tubo que justamente representa o caminho de passagem do material do circuito inferior no sentido do superior, numa interface entre os dois circuitos, que poderia originar um “curto-circuito”, não fosse a relação harmoniosa entre os interesses do intermediário e a indústria – ambos sustentados pela exploração dos catadores.

Componente fundamental nestas relações de trabalho entre a indústria e os catadores, o intermediário vai perdendo força à medida que a organização dos trabalhadores avança. Com a formação das primeiras associações, o intermediário perde gradativamente a função de intermediação, o que procuramos representar com a utilização de um túnel ou ponte com uma tonalidade cada vez mais clara.

Contudo devemos notar que, para o caso de Porto Alegre, a sinfonia está inacabada. Nem todos os movimentos foram acionados, e existe uma carência bastante grande de articulação e de encadeamento das ações. Por isso é que a evolução da questão da coleta e da comercialização de materiais recicláveis está inacabada.

Entretanto a evolução que pensamos para a questão pode ser entendida como um exercício de previsão de lógica econômica e de “engenharia política”, enquanto propostas de políticas públicas a serem implementadas no futuro.

É importante destacar que algumas associações acabam funcionando como empresas. Valendo-se de mecanismos organizacionais relativamente frágeis, elas tentam ir além da sobrevivência dos cooperativados, mas acabam chegando aos limites da reprodução do modelo burocrático, proporcionando aos dirigentes uma condição mais elevada em comparação aos cooperativados (Magera, 2003). Estes questionamentos apontam para a oportunidade de outra pesquisa que possa abarcar as diferenças entre uma cooperativa gerida burocraticamente como uma empresa e uma de outro tipo, uma cooperativa autogestionária, com auto-organização e independência de agentes externos, como o modelo proposto pelo MNCR.

De modo geral, independentemente do tipo de organização interna adotada, a diferença crucial das associações e cooperativas em relação às empresas privadas parece ser fruto de uma desigualdade estrutural que sustenta e ameaça destruir o sistema econômico vigente. Diferença essa que só pode ser

diminuída mediante a luta por igualdade de direitos e de possibilidades e por melhores condições de trabalho. Luta essa que leve a uma alteração na estrutura socioeconômica piramidal e que implique numa interpenetração dos circuitos (ou curto-circuito), bem como a apropriação, pelo circuito inferior, de fatores que caracterizam o superior, como fluxos - relações de trabalho - e fixos - meios de produção.

Esta proposta pode parecer radical ou extremosa, mas, no entanto, ela propõe que a questão seja encarada sob o ponto de vista do desenvolvimento socialmente sustentado e do aumento e da diversificação de materiais reciclados. No jogo da “harmonização” entre os agentes e os seus respectivos campos, a proposta que merece maior atenção é aquela esboçada por Ignacy Sachs (1977), que prevê a participação dos pobres e dos países em desenvolvimento, nas decisões acerca da utilização de recursos e da aplicação de tecnologias.

Uma análise de conjuntura sobre a questão demonstra que, apesar dos incentivos governamentais à reciclagem, o contexto político e econômico é balizado por uma estrutura de poder desigual. Este poder é estruturado devido à formação sociohistórica e espacial de nossa sociedade e é também estruturante, no sentido de que restringe seriamente a

capacidade de negociação dos agentes excluídos, no nosso caso, os catadores de recicláveis. Esta condição leva à necessidade de alterações estruturais que somente no longo prazo, e com o engajamento de outros agentes e setores organizados da sociedade, parecem viáveis.

3 A PERSPECTIVA DE UM TERCEIRO JOGADOR: O GESTOR DAS POLÍTICAS DE RECICLAGEM

O terceiro agente que participa do jogo da reciclagem – os gestores governamentais -, consciente dessa nova possibilidade de ação conjunta, deverá pautar-se por um cálculo embasado em fatores qualitativos que consigam abarcar o conjunto dos aspectos que formam a viabilidade da reciclagem, abarcando basicamente a viabilidade econômica, a social e a ambiental.

Dessa forma, o subsídio governamental direcionado a organizações localizadas no circuito inferior deverá servir de estímulo à criação de novas formas de coleta, tratamento, processamento e até comercialização dos materiais recicláveis, tendo como objetivos finais a valorização dos materiais, a elevação da condição de vida e a otimização dos mecanismos de reciclagem e de reutilização dos recursos.

Tudo isso entendido como a dinamização dos processos de inovação tecnológica que, se orientados ao circuito inferior, fruto da criatividade e/ou amadurecimento intelectual, poderão conduzir a alternativas de produção e organização do trabalho que sejam revertidos em ganho substantivo para os agentes envolvidos e o conjunto de toda a sociedade.

Para uma caracterização estrutural dos processos políticos de incentivo e das motivações que impelem o Estado na formação de uma política para a reciclagem, devemos localizar o Brasil dentro de um contexto político e econômico global. Entendendo assim que, de alguma forma, o que estamos tratando aqui transcende as barreiras nacionais, Santos (2001, p. 162-163) diz que, tratando-se da evolução de uma sociedade mais equilibrada, o circuito inferior pode ser mais dinâmico que a economia do circuito superior⁴.

⁴ Segundo Santos (2001, p. 162-163): “Nas condições atuais, essa evolução pode parecer impossível, em vista de que as soluções até agora propostas ainda são prisioneiras daquela visão segundo a qual o único dinamismo possível é o da grande economia, com base nos reclamos do sistema financeiro. Por exemplo, os esforços para restabelecer o emprego dirigem-se, sobretudo, quando não exclusivamente, ao circuito superior da economia. Mas esse não é o único caminho e outros remédios podem ser buscados, segundo a orientação político-ideológica dos responsáveis, levando em conta uma divisão do trabalho vinda ‘de baixo’, fenômeno típico dos países subdesenvolvidos, mas que agora também se verifica no mundo chamado desenvolvido.”

Um dos mecanismos para reverter ou minimizar este quadro é a adoção de algumas formas de apoio governamental ao processo de reinserção do material reciclável no ciclo da economia, nitidamente dirigidas à consolidação de uma política de valorização do trabalho dos catadores. Faz-se necessário a elaboração de uma legislação e de programas de governo que possam pautar os objetivos da reciclagem e direcionar os processos sociais e econômicos que a constituem. A articulação de diferentes esferas de governo (federal, estadual, municipal) poderá constituir uma base sólida de intercâmbio de experiências, atuando como propagadora dessas políticas; principalmente se as legislações forem homogeneizadas em torno de pontos de concordância já existentes.

Três formas de atuação governamental emergem como dignas de destaque: (1) subsídio para órgãos do governo, organizações de caráter público, associações etc; (2) incentivo para empresas privadas, idealmente envolvendo contrapartida; (3) estabelecimento de parcerias que, em função de sua maior flexibilidade, possam respeitar os ritmos internos e os fundamentos políticos das organizações que participarem em programas e em projetos apoiados pelo governo.

Em função de sua visão e de sua particular inserção num contexto contraditório e desigual, cada organização preferirá uma forma de atuação. Por exemplo, uma entidade que tenha optado pela liberdade de ação preferirá uma alternativa que assegure a democracia participativa como balizamento dos processos políticos.

O foco da atuação governamental deverá ser para as empresas privadas e as organizações não-governamentais de interesse público (ONG's, OSCIP's) que atuam no circuito inferior, sempre e quando exista a disposição em atender as necessidades de uma sociedade sustentável e de contribuir para o bem-estar social, além da viabilidade econômica e ambiental da reciclagem.

A ação do governo deve buscar que o incentivo para a realização de uma atividade planejada de reciclagem sirva como uma demonstração de que a atividade gera resultados econômicos e sociais positivos, tais como retorno econômico e inclusão social. Principalmente se, por exemplo, sua atuação for centrada na escala local dando prioridade de incentivos às iniciativas comunitárias. Neste sentido, é conveniente destacar que a dispersão dos investimentos, no interior das instituições públicas e na sua interface com organizações privadas, é tanto maior

quanto maior é o tamanho dos projetos. Nos países subdesenvolvidos os projetos em macroescala quase sempre nascem fracassados, fato que deve ser levado em conta a partir de uma perspectiva de racionalidade social, segundo propõe Ignacy Sachs (1977).

Em grande parte, os incentivos governamentais podem ser de duas formas. Temos, por exemplo, incentivos diretos, no caso da destinação preferencial de materiais recicláveis de maior valor para uma determinada associação (ao contrário do favorecimento de uma empresa privada). Ou incentivos indiretos, através de programas de renda mínima, educação e saúde ambiental, bolsa-escola, voltados à comunidade envolvida em projetos de reciclagem.

Outras sugestões de atuação em microescala são os incentivos que propõem a ação dentro das empresas ou das associações, como: (a) cursos de engenharia de produção, de gerenciamento empresarial, de caracterização de mercado; (b) abatimento em impostos (como Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS - diferenciado para objetos e processos que incorporam materiais recicláveis) e criação de linhas de crédito bancário; (c) campanhas de alfabetização funcional, saúde pública, formulação de políticas de

saneamento comunitário e educação ambiental.

Outras formas de incentivos economicamente rentáveis e socialmente eficazes deverão contemplar a geração e utilização de tecnologia social ou de tecnologias apropriadas. Ocorrendo isso, os trabalhadores envolvidos com a coleta do material reciclável serão capazes de se apropriar de um saber produtivo e confeccionar outros objetos⁵. Agregando valor a eles, de acordo com suas necessidades primárias ou de uso (construindo roupas e móveis a partir de garrafas tipo PET, ou telhados com embalagens de longa vida) e necessidades secundárias ou de troca (confeccionando bolsas e blusas de plástico junto com metais).

Através da potencialização da produção de bens dotados apenas de valor de uso pela e para a camada mais pobre da sociedade envolvida com a reciclagem, seria possível gerar um benefício maior do que aquele que seria obtido mediante a realização, no mercado, do valor de troca dos bens produzidos com esta finalidade.

⁵ Interessante ver como Milton Santos (1979: 156) referiu-se ao processo de apropriação espontânea, característica do circuito inferior: “Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperação e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos. A idade média tão elevada dos veículos talvez seja o exemplo mais surpreendente dessa miraculosa capacidade de recuperação que é uma das maiores características das economias pobres, em posição ao desperdício das economias ricas e modernas.”

Neste sentido, talvez seja mais indicado remanufaturar os materiais, transformando-os em bens para uso dos próprios catadores e da população de baixa renda do que convertê-lo num insumo comercializável de interesse das empresas.

Uma das formas de viabilizar este projeto no curto prazo é a implementação de uma proposta que possui diversos nomes, mas que preferimos chamar de coleta solidária, como propõe a “Plataforma de educação socioambiental do programa coleta seletiva solidária” elaborada pela ONG Polis (GRIMBERG, 2003). Uma ferramenta na busca pela inserção social e dinamização da coleta de materiais dentro de um contexto mais abrangente de economia solidária, para além da coleta seletiva que beneficia poucos agentes.

Esta proposta se diferencia da coleta seletiva, pois, ao invés de simplesmente selecionar os materiais, pegando apenas o que é valorizado pela indústria, na coleta solidária o catador é estimulado a participar dos processos de educação ambiental, atuando como um verdadeiro agente transformador, pelo fato de conviver com o resíduo de cada domicílio e conhecer os geradores. Esse catador poderá inclusive sugerir modificações com relação às formas de disposição e separação dos materiais, entre outras. Este tipo de coleta não só integra o catador

como potencializa sua capacidade de ação, pois a coleta não será seletiva nem pelo fato de selecionar as pessoas que trabalharão na coleta e triagem de materiais nem por privilegiar aqueles materiais com maior valor no mercado.

Assim, da sobrevivência do catador nasce um novo conceito de limpeza urbana. Cabe lembrar Boeira (2000), enquanto os sistemas de coleta com fins estritamente ecológicos não forem harmonizados com os sistemas de coleta com fins de sobrevivência imediata –, as cidades permanecerão insustentáveis⁶.

De qualquer forma, o objetivo maior dessas políticas governamentais deverá ser: (1) impedir que os intermediários interceptem o material e (2) retardar a reincorporação do material pela indústria recicladora, evitando a apropriação do material fruto da ação pelo trabalho do

catador, através da exploração indireta de sua mão-de-obra.

Proposições contraditórias ao desenvolvimento de uma coleta e reciclagem solidárias devem ser evitadas. A criação de centrais de comercialização, entrepostos regionais, usinas de beneficiamento, entre outras, controladas pelos catadores são passos importantes neste sentido. Entender que os catadores são prestadores de um serviço público e que merecem ser valorizados necessitando ser remunerados por este trabalho; que a terceirização ou “quarterização” das atividades dos governos favorecendo empresas de mão-de-obra e as empresas recicladoras devem ser evitadas.

Estes aspectos que os governos, e também o município de Porto Alegre, têm relutado em encarar podem ser a alternativa mais viável - social, ambiental e economicamente - no gerenciamento dos resíduos sólidos, e em especial dos materiais recicláveis. Cabe enfatizar uma vez mais que a resolução para os nós sistêmicos, devido à complexidade de aspectos que eles contêm, muitas vezes está mais próxima do que podemos imaginar.

⁶ Sérgio Luís Boeira (2000) fala de um “nó sistêmico” que poderia contribuir na resolução destes problemas: “Predomina, no país, um enfoque ecológico-econômico unilateral, nele os administradores pretendem apresentar percentuais de crescimento da coleta e sua viabilidade econômica. Falta agregar a este uma visão social mais ampla, na qual se incluam as necessidades de cidadania dos catadores. É justamente na falta de encaixe, dos sistemas tecnicamente idealizados com os sistemas construídos, social e historicamente, que está o nó sistêmico. (...) A inclusão dos catadores como principais beneficiários dos sistemas de coleta, visando atender seus direitos de cidadania e sua auto-organização em cooperativas e associações livres. A inclusão dos filhos destes em programas de educação ambiental e a preparação profissional poderia ser obtida com o auxílio de ONGs ambientalistas, sindicatos e associações comerciais. Assim poderia ser desfeito o nó sistêmico.”

4 CIDADES SAUDÁVEIS E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: UM NOVO CAMPEONATO

A reciclagem e o incentivo ao trabalho e organização dos catadores, como forma de dinamizar as políticas de reciclagem, estão inseridas em um contexto ambiental mais amplo de cidades saudáveis e sustentáveis.

De acordo com a OPS (1997), o conceito de cidades saudáveis foi cunhado no Canadá e ganhou corpo no Simpósio de Cidades Saudáveis, realizado em 1986, em Portugal, mas a inspiração do termo é mais antiga. Sua origem remonta às sociedades maia, inca e asteca e a algumas cidades gregas consideradas os embriões da idéia de uma sociedade sustentável. Sua relação harmônica e equilibrada com a natureza é, cada vez mais, um exemplo para pensarmos num tipo de metabolismo saudável.

Os projetos de cidades saudáveis propõem o estabelecimento de políticas, formas de gestão e participação comunitárias, criação de ambientes favoráveis e a reorientação dos serviços de saúde em benefício de todos os habitantes, representando uma concretização local dos postulados gerais para a promoção da saúde.

Para a OPS, a capital do estado do Paraná, Curitiba, é um bom exemplo de implementação de políticas públicas na direção de uma cidade saudável que tem indicado um caminho a ser seguido por outras cidades brasileiras.

Segundo Tocchio (1999), desde o início da década de 90 que a prefeitura de Curitiba realiza ações como as propostas pela OPS. Exemplo disso é que desde aquela época é feita a organização da coleta seletiva, marcada por algo até hoje inédito em muitas capitais de estados brasileiros, a inauguração de uma usina municipal de beneficiamento e de pré-processamento de materiais.

No ponto de vista da OPS (1997) um planejamento bem sucedido, como o de Curitiba, deve seguir algumas sugestões: (1) as decisões bem sucedidas se relacionam à seleção de tecnologias e, muitas vezes, podem ir de encontro às idéias contemporâneas imperantes; (2) o planejamento presta atenção não apenas às estruturas visíveis (tais como o transporte, a moradia, o uso do solo), mas também às invisíveis; (3) as relações econômicas formais e informais devem ser estimuladas.

Uma cidade auto-suficiente usa de maneira racional seus recursos, conservando-os ao máximo. Isto requer a promoção de programas de reciclagem, bem como políticas de emprego (em oficinas de separação e classificação de

resíduos, em atividades de educação ambiental). As cidades modernas podem reduzir consideravelmente suas necessidades energéticas aumentando a eficiência do uso das fontes convencionais de energia e introduzindo sistemas de energia natural.

A criatividade, no entender da OPS (1997) pode compensar a escassez de recursos financeiros e esta última não deve impedir nem justificar a falta de ação. Por exemplo, as idéias criativas que utilizam bastante mão-de-obra podem, em algumas ocasiões, substituir a tecnologia que requer grandes capitais, como já vimos anteriormente.

A cidade saudável, que acabamos de tratar, está contida numa abordagem mais ampla da sustentabilidade. Se a cidade saudável equivale a dizer metabolismo urbano saudável, então o funcionamento de uma cidade tem vinculação direta com

as relações entre os seus habitantes. Se pretendermos alcançar uma cidade sustentável na questão do gerenciamento dos resíduos e da utilização dos recursos, devemos tentar resolver o maior número de desigualdades existentes dentro e fora deste espaço.

O que se nota com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002; 2010) referente às duas edições, de 2000 e de 2008, da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico é que a quantidade de municípios brasileiros com coleta seletiva mais do que dobrou no Brasil entre 2000 e 2008, passando de 9% para 21% (Tabela 1). E esse crescimento foi ainda maior na região Norte, onde aumentou 13 vezes, passando de 0,45%, em 2000, para 6%, em 2008.

Tabela 1 - Percentual de municípios em 2000 e 2008 com coleta seletiva e quantidade de vezes que aumentou no período, no Brasil e suas regiões geográficas.

| | Percentual de municípios com coleta seletiva | | Quantidade de vezes que aumentou no período 2000 - 2008 |
|--------------|--|-------|---|
| | 2000 | 2008 | |
| BRASIL | 9,10 | 20,79 | 2,3 |
| Sul | 25,45 | 42,42 | 1,7 |
| Sudeste | 9,60 | 29,26 | 3,0 |
| Centro-Oeste | 2,91 | 8,37 | 2,9 |
| Norte | 0,45 | 6,01 | 13,5 |
| Nordeste | 1,73 | 5,52 | 3,2 |

FONTE: IBGE (2002; 2010)- Tabela 1241 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (<http://goo.gl/zqW3f>)

Tabela 2 - Percentual de municípios em 2000 e 2008 com existência de catadores em unidades de disposição final ou no solo e diferença entre o período, no Brasil e regiões geográficas.

| | Percentual de municípios com existência de catadores nas unidades de disposição de resíduos no solo ou final | | Diferença percentual (2008-2000) |
|--------------|--|-------|----------------------------------|
| | 2000 | 2008 | |
| Brasil* | 28,11 | 26,74 | -1,37 |
| Sul* | 34,94 | 11,03 | -23,92 |
| Sudeste* | 29,77 | 14,93 | -14,84 |
| Centro-Oeste | 30,04 | 46,35 | 16,31 |
| Norte | 17,37 | 26,73 | 9,35 |
| Nordeste | 24,34 | 43,06 | 18,71 |

Fonte: IBGE (2002, 2010)

Nota metodológica: Os cálculos dos percentuais foram realizados com base nos dados do total de municípios em cada região (Tabela 1241 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE - <http://goo.gl/zqW3f>) e nos dados de municípios com catadores em áreas de destino final: os dados de 2000 são provenientes da Tabela 2351 (PNSB, 2000), disponível em <http://goo.gl/zkMIL>; e os dados de 2008, da Tabela 187 (PNSB, 2008), disponível em <http://goo.gl/zqW3f>.

(*) Os valores negativos indicam que o percentual de municípios com catadores nas unidades de disposição diminuiu.

Um dos resultados esperados da implementação da coleta seletiva nos municípios é o fim de catadores atuando nas unidades de destino final (aterros sanitários ou lixões). A idéia é que com a coleta seletiva, os caminhões da prefeitura ou da terceirizada, com a ajuda dos habitantes e das empresas grandes geradoras de resíduos, façam a separação do que é reciclável ou não, sem que o

material tenha que chegar até o destino final. Apesar disso, o que se vê na tabela 2 é que ainda que o número de municípios brasileiros com catadores no destino tenha caído (de 28%, em 2000, para 27%, em 2008) a redução foi puxada pelas regiões Sul e Sudeste (com uma diminuição de cerca de 24 e 15 pontos percentuais, respectivamente).

Tabela 3 - Percentual de municípios em 2008 com existência de catadores em unidades de disposição, municípios com coleta seletiva e municípios onde a implementação da coleta seletiva poderia hipoteticamente absorver catadores.

| | Municípios com catadores nas unidades de disposição (%) | Municípios com coleta seletiva (%) | Municípios onde a implementação da coleta seletiva poderia hipoteticamente absorver os catadores das unidades (%) |
|--------|---|------------------------------------|---|
| | A | B | C = B - A |
| Brasil | 26,74 | 20,79 | 5,95 |
| Sul* | 11,03 | 42,42 | -31,40 |

| | | | |
|--------------|-------|-------|--------|
| Sudeste* | 14,93 | 29,26 | -14,33 |
| Centro-Oeste | 46,35 | 8,37 | 37,98 |
| Norte | 26,73 | 6,01 | 20,71 |
| Nordeste | 43,06 | 5,52 | 37,53 |

FONTE: IBGE (2010)

(A) Tabela 187 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (<http://goo.gl/0WuKZ>)

(B) Tabela 1241 da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (<http://goo.gl/zqW3f>)

(C) Deve-se notar que a pesquisa do IBGE permite que o mesmo município tenha, ao mesmo tempo, coleta seletiva e catadores nas unidades. Dessa forma esse é um exercício hipotético, caso o município implementasse a coleta seletiva e proibisse a existência de catadores nas unidades de destino final.

(*) Os valores negativos indicam que estas regiões não possuem municípios que poderiam absorver catadores em unidades de disposição

A tabela 3 traz um exercício hipotético de como seria a redução no percentual de municípios caso o município implementasse a coleta seletiva e proibisse a existência de catadores nas unidades de destino final. O cálculo é realizado através da diferença (C) entre o percentual de municípios com coleta seletiva (B) e o percentual de municípios com catadores (A). Tal que $C = B - A$. Para o caso dos municípios brasileiros temos: $C = 5,95\%$, sendo $B = 20,79\%$ e $A = 26,74\%$. Dessa forma, o Brasil teria 6% de municípios que poderiam absorver os catadores já existentes nas unidades finais para o serviço de coleta seletiva. Entretanto, existe uma limitação metodológica neste exercício que se deve ao fato de que existem municípios que tem, ao mesmo tempo, coleta seletiva e catadores nas unidades. Porém esta limitação poderia ser contornada através da análise caso a caso de todos os 5564 municípios do Brasil, tentando encontrar aqueles onde os

catadores no destino final coexistem com a coleta seletiva.

De qualquer forma, o que se pode afirmar com base na tabela 3 é que nas regiões Sul e Sudeste a coleta seletiva está presente em mais municípios (42 e 29%, respectivamente) do que os que possuem catadores no destino final, em aterros sanitários e lixões (11 e 14%, respectivamente).

Acima de tudo, o que devemos buscar são soluções que respeitem as experiências locais. Neste sentido e segundo Schubert (1977) a força do trabalho intelectual, além da força mecânica do homem, constitui um importante recurso a ser economicamente aproveitado. Os países subdesenvolvidos podem ser caracterizados por dois fatores: por um lado, pela ausência de investimentos financeiros externos em infra-estrutura, por outro, pela grande massa de trabalhadores em situação de desemprego ou subutilização da força de trabalho.

Paralelamente, os estudos de Santos (1977: 44) apontam que “no sistema inferior as atividades de trabalho intensivo utilizam menos capital e podem progredir sem uma organização burocrática”. Da mesma forma, segundo Xavier (2003), o trabalho intensivo torna o circuito inferior o responsável por importante parcela de postos de trabalho oferecidos à maior parte da população.

Aplicadas as técnicas de “desenvolvimento comunitário” propostas por Schubert (1977), que utilizam intensivamente os recursos humanos combinados às limitadas inversões de capitais no incremento da infra-estrutura básica, não só estaremos reduzindo os custos como também estaremos gerando um recurso humano intelectual e físico para projetos de futuro.

Nesta linha, a Agenda 21 brasileira, defendida por Bezerra e Fernandes (2000), se apresenta como uma alternativa aos ditames estrangeiros a respeito da organização do território e da gestão dos recursos. Esta não é a única ferramenta, mas é a mais reconhecida, tendo em vista a necessidade de auto-afirmação dos países subdesenvolvidos. Muitas partes deste documento são uma afronta aos interesses dos países desenvolvidos, e nele existem propostas de promover uma maior integração entre as políticas públicas e as comunidades pobres.

Uma das estratégias recomendadas é a implantação de políticas que venham a construir uma cidade sustentável, como sendo o espaço de ação de uma sociedade mais equilibrada. Entre as medidas apontadas por Bezerra e Fernandes (2000: 120) para se alcançar esta cidade sustentável destaca-se a redução da quantidade de resíduos sólidos produzidos nas cidades, levando com que o setor produtivo e a população a desperdicem menos, consumam somente o necessário e reutilizem materiais que são descartados.

Para tanto, propõem-se as seguintes ações: (1) fortalecer e ampliar as parcerias entre órgãos e instâncias do próprio governo; (2) investir na criação de redes de pesquisa voltadas para minimização, reutilização, e reciclagem de resíduos e (3) incentivar a instalação, no âmbito dos municípios, de unidades de reciclagem administradas por associações comunitárias ou de catadores, gerando emprego para a população de baixa renda e fortalecendo a gestão participativa.

Talvez seja este o caminho que poderá levar-nos à construção de uma cidade que abrigue uma sociedade sustentável, dentro de um processo de desenvolvimento desigual nos seus ritmos, mas cada vez mais combinado, na disseminação da igualdade social e ambiental. Uma sociedade saudável fortalecida pelo metabolismo saudável que, mais integrada

aos aspectos éticos, ambientais, econômicos e sociais poderá ser o berço do homem de amanhã, num tempo que ao pensar os recursos não estaremos mais falando em reduzir, em reciclar e em reutilizar...

5 RETOMANDO IDÉIAS: OS CATADORES, SEU TRABALHO INFORMAL E TECNOLOGIA SOCIAL

Há décadas atrás a coleta de lixo domiciliar no Brasil era um serviço executado pelo poder público. Posteriormente empresas privadas foram contratadas para tanto. O lixo depositado em lixões ou aterros sanitários, com o aumento da miséria, passou a ser “visitado” pelos excluídos à procura de restos de comida e materiais que pudessem ser usados ou comercializados. Com o agravamento da exclusão social, os excluídos não puderam seguir esperando que o lixo fosse depositado nos lixões para apropriar-se do que era descartado. Uma parcela deles passou a coletar o lixo nas residências, empresas, etc. de modo a evitar que, ao serem depositados nos lixões, os materiais de maior valor terminassem sendo apropriado pelos que, anteriormente, os “visitavam”. Em função disso, e devido às vantagens que o novo

arranjo apresentava para o capital, a coleta de lixo, uma atividade que pertencia ao setor formal da economia brasileira e era, por isto, regulada pelos mecanismos formais, passou, então, como muitas outras ocupações, a pertencer à economia informal e a ser regida pelos seus mecanismos informais.

O que não significa que o lixo não seja uma mercadoria e que o trabalho dos catadores não esteja integrado ao processo acumulação de capital. O fato de o lixo ser praticamente o único meio de produção necessário para a atividade dos catadores e dele não ser (até agora, pelo menos) uma propriedade privada não implica que o fenômeno “catadores” não esteja subordinado à dinâmica capitalista. O arranjo sociotécnico “catadores” tem-se mantido como parte da economia informal porque seu produto chega como insumo à economia formal com um preço menor do que aquele a uma empresa privada poderia praticar.

Como ressalta Bosi (2008) e Martins (2005), o fato de o catador ser um desempregado ou um trabalhador precarizado de baixa escolaridade e idade elevada (principalmente as mulheres), destituído de “empregabilidade” para a economia formal, é justamente o que o qualifica para esse tipo de trabalho. Ao contrário, a organização dessa atividade é realizada pelos interessados na compra,

reciclagem e comercialização do material coletado pelos catadores. E não há como negar que o aproveitamento desse crescente número de trabalhadores, excedentes porque não qualificados para o “mercado”, é uma forma de reincorporá-los ao ciclo de acumulação do capital.

Adicionalmente, convém lembrar que a par do aproveitamento das propriedades físicas e químicas do material descartado como lixo e coletado, a reciclagem recupera o valor da força de trabalho que foi utilizado para sua produção e que nele permanece incorporado. Diferentemente dos primitivos “visitantes” dos lixões que ali iam buscando recuperar o valor de uso dos materiais, a coleta-reciclagem recupera o valor de troca das mercadorias.

Na atualidade, existe no Brasil, inclusive, uma tecnologia muito particular de coleta e reciclagem de lixo. Mediante ela é possível que nosso país se situe em segundo no ranking internacional, seguindo o Japão, de reciclagem de objetos de alumínio (em especial latas de cerveja) e em terceiro lugar em reciclagem de plásticos.

Todos nós conhecemos a tecnologia de coleta de lixo aqui empregada e o modo como ela se conecta com a economia formal. Ela pode ser caricaturada pela frase que ouvimos nas festas públicas: “Óiaí, patrão, já terminou a cervá? Posso levá a latinha?”. Mas poucos pesquisadores,

mesmo os que trabalham com Economia Solidária e Tecnologia Social, se dão conta que a reciclagem de latas de alumínio só é possível porque esses objetos são lixo. É porque existe uma propriedade coletiva (ou não-privada) dos meios de produção que leva ao desenvolvimento de uma tecnologia muito distinta da utilizada, por exemplo, no Japão. Uma tecnologia que só existe devido ao fato da taxa de lucro associada à atividade realizada pelos catadores ser menor do que aquela que o capital encontra em outros setores da economia. Fato que a protege (no sentido de que se criam barreiras à entrada) da concorrência das tecnologias de coleta e reciclagem empregadas em outras partes do mundo. Simetricamente, essa tecnologia seria inviável num contexto japonês. De fato, se os catadores que a utilizam fossem pagos de acordo com a legislação trabalhista japonesa (ou mesmo brasileira) ela seria proibitiva.

A tecnologia brasileira, dadas as condições de exclusão vigentes no País, é competitiva em relação àquelas. É a superexploração do trabalho o que possibilita que o “atravessador” ao comprar o material coletado esteja pagando não pelo material (alumínio, por exemplo) que ele contém, mas pelo trabalho vivo informal a ele incorporado pelo catador. Assim, sem que tenha existido propriamente uma intenção de

desenvolver uma Tecnologia Social, existe uma tecnologia alternativa e competitiva àquela usada nos países avançados. O circuito inferior da economia da reciclagem pode ser mais dinâmico de tecnologia social que o circuito superior.

A existência dessa tecnologia parece corroborar o expressado por Bosi (2008) quando escreve que: “Desse modo, não se trata apenas de reconhecer a organização capitalista do trabalho ‘informal’, mas de perceber como esse tipo de organização também ‘resignifica’ e condiciona as experiências e as práticas dos diversos sujeitos implicados nesse processo.”

Depois de explicar o trânsito da atividade de coleta e reciclagem do setor formal para o informal e mostrar como o desenvolvimento de uma tecnologia adaptada ao ambiente sócio-econômico vigente tende a consolidar a mudança, se poderia investigar que alterações associadas àquelas seis situações típicas poderiam gerar um movimento no sentido contrário, de desestabilização e eventual reversão.

6 CONTRIBUINDO PARA “VIRAR O JOGO”

O objetivo desta seção é apresentar palpites, semelhantes àqueles que todos os brasileiros costumam dar aos jogadores (catadores) e técnicos (gestores) dos times

para os quais torcem para “virar o jogo” dos resíduos sólidos. Por razões óbvias, não nos preocupamos aqui com os adversários, sobre os quais, sobretudo porque somos apenas torcedores, não temos nenhuma governabilidade. Esperamos que esses palpites possam ser aproveitados pelos dois atores que poderiam estar efetivamente interessados na construção de uma sociedade como a delineada na seção anterior.

A ação de “virar o jogo” se organizaria em torno do objetivo de, através da utilização do poder de compra do Estado, hoje orientado em toda a economia no interesse das empresas privadas, para alavancar o completamento e adensamento das cadeias produtivas do circuito dos resíduos sólidos.

Para isso, se inicia analisando processos e dinâmicas que se verificam na interface entre a economia formal e aquelas porções do sistema econômico-social não inteiramente submetidos à sua lógica.

O propósito das políticas deve ser a transformação da economia informal numa Economia Solidária. Ou seja, a incorporação dos trabalhadores hoje situados na economia informal, não à economia formal (da qual foram excluídos ou nunca efetivamente “incluídos”), mas sim à Economia Solidária. E que uma condição para tanto é o desenvolvimento

de Tecnologia Social, uma vez que sem ela não apenas a sustentabilidade (tecnológica, econômica, social, cultural, política e ambiental) dos Empreendimentos Solidários é inviável, como é improvável o processo de completamento e adensamento das cadeias produtivas da Economia Solidária, necessário para conferir-lhe crescente autonomia em relação à economia formal.

Parte-se também da idéia de que alcançar o propósito da transformação da economia informal numa Economia Solidária demanda o entendimento de dois processos. O primeiro, é aquele que desde os trabalhos seminais de Lewis (1961) e Rostow (1961) tem sido analisado pelos teóricos do desenvolvimento, e que, ao provocar a incorporação do setor “atrasado” das economias “em desenvolvimento” ao seu setor “moderno” industrializado seria responsável pelo seu progresso econômico e social. Ou, melhor dizendo, o processo que, ao longo da trajetória de expansão do modo de produção capitalista, tem submetido a economia pré-capitalista à lógica da acumulação do capital. Processo que, para fins deste trabalho e com toda a precariedade que isso implica, associamos ao processo que, no atual estágio do capitalismo, leva à incorporação da economia informal (ou não-capitalista) à economia formal.

O segundo, de sentido inverso, é o que em momentos mais difíceis das crises cíclicas do sistema capitalista costuma levar à transformação de setores da economia formal com taxa de lucro mais baixa em espaços considerados como pertencentes à economia informal; ainda que, é claro sem deixar de mantê-los subordinados à lógica da acumulação do capital.

A compreensão acerca da maneira como atividades de produção de bens e serviços antes levadas a cabo fora do circuito superior da economia capitalista (ou, para os efeitos que nos interessam, da economia formal) foram por ela absorvidas e, em momentos de crise, expulsadas, parece ser essencial para entender como se poderia processar o “caminho inverso”. E, passando ao terreno normativo, promovê-lo no sentido da Economia Solidária. Isto é, promover o caminho que poderá levar a que atividades hoje realizadas segundo as “regras do jogo” capitalistas possam sê-lo atendendo aos princípios da Economia Solidária. O que, evidentemente não é fácil. Em particular porque o capitalismo, depois de terem sido geradas as condições essenciais para a sua implantação - a acumulação originária feita com muita violência -, foi capaz de criar através do “seu” Estado, a legalidade necessária para a legitimação e naturalização da propriedade privada dos meios de produção. E, dessa forma, catalisar um processo de co-

organização menos violenta que terminou por produzir a neblina ideológica que hoje cerca o conhecimento científico e tecnológico.

Apesar dos avanços do governo Lula, o País continua sendo um dos mais desiguais do mundo. E porque a exclusão social, numa situação em que mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA) se encontra na informalidade (fora das empresas) e o setor formal, devido à tecnologia usada pelas empresas, tenderá a seguir sendo incapaz de absorver os que buscam emprego, demanda ações especificamente voltadas à inclusão. Elas deverão transcender aquelas de tipo compensatório do tipo “dar o peixe” que em menos de uma década já tiraram quase 30 milhões da miséria e geraram 14 milhões de empregos formais.

E, também, as relacionadas a “ensinar a pescar” que visam a “qualificação” dos excluídos para uma cada vez menos provável absorção pela economia formal. Inclusão social supõe criar as condições para que atividades de produção de bens e serviços, além daquelas que eram realizadas por empresas e que vem sendo “transferidas” de modo precarizado para o setor informal (como a coleta de latas de alumínio), possam ser levadas a cabo por Empreendimentos Solidários.

Para tanto, será necessário completar e adensar cadeias produtivas (da produção

de janelas de alumínio para a mais da metade das casas brasileiras que são construídas pelos seus moradores) de modo a transformar a economia informal na rapidamente crescente, e cada vez mais apoiada pelo governo, Economia Solidária.

Mas as necessidades materiais dos hoje excluídos que serão incluídos na Economia Solidária, é apenas a “ponta do iceberg” do tecido produtivo brasileiro. Abaixo dela, com intensidade tecnológica crescente na direção da “base do iceberg” onde se situaria, digamos, o “avião da Embraer”, são hoje realizadas atividades que poderão ser repassadas aos Empreendimentos Solidários. Há uma grande e variada demanda por bens e serviços públicos, que o Estado deve proporcionar a todos os cidadãos e que atualmente o faz utilizando do seu poder de compra em benefício das empresas, que pode ser satisfeita mediante a “dobradinha” Economia Solidária e Tecnologia Social.

Essa “parte de baixo do iceberg” (além é claro da sua “ponta”) só pode ser explorada caso conte com ações de capacitação em tecnociência que proporcionem sustentabilidade econômica, cultural e ambiental aos Empreendimentos Solidários. A geração da tecnociência que necessitam esses arranjos tecnoprodutivos terá que ser apoiada de modo distinto daquele que fomenta a Pesquisa e

Desenvolvimento (P&D) realizada pelas empresas, que vem recebendo há muito tempo um vultoso, variado e continuado apoio estatal. E, também, daquele usado para promover, nas instituições públicas de ensino e pesquisa, como tem sido a regra, a produção da tecnociência e a formação dos profissionais que viabilizam a atividade das empresas.

O apoio à Tecnologia Social e aos Empreendimentos Solidários demanda novos modos de regulação da transferência de recursos e orientação do poder de compra do Estado para aquisição dos bens e serviços que eles podem produzir. Além do fato de que seria um contra-senso por parte do governo não estimular um setor da economia (e uma parte significativa da população) no qual ele vem alocando recursos crescentes através de seus programas compensatórios, o apoio citado implicaria outras vantagens evidentes.

Os Empreendimentos Solidários, por orientarem diretamente para os trabalhadores excluídos da economia formal a receita proveniente de sua operação, sem a necessidade de remunerar a propriedade do capital, podem promover a inclusão social de forma especialmente eficiente. E eficaz, por estarem mais próximos dos problemas enfrentados pela sociedade, e também pelos excluídos, que devem ser equacionados com elevado grau de adequabilidade. E também efetiva, por

abrirem para eles, transcendendo a “qualificação” para o mercado, as oportunidades de geração de trabalho e renda que permitirão a inclusão .

As demandas cognitivas colocadas pelo objetivo de inclusão social, que são objeto do que vem sendo chamado de Tecnologia Social, devem manter estreito diálogo com o potencial tecnocientífico instalado no País. Incorporara à agenda de pesquisa pública os problemas decorrentes desse objetivo é condição imprescindível para que se possa lograr resultados sólidos e consistentes. A comunidade de pesquisa deve ser estimulada a manter uma agenda de trabalho altamente qualificada e orientada para a solução desses problemas, cuja complexidade e originalidade é seguramente maior daqueles que afetam a produtividade dos setores da economia formal. É dessa comunidade que, de modo significativo, depende a inclusão dos hoje excluídos, não na economia formal, mas sim na Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Maria; FERNANDES, Marlene (Org.) **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: MMA/Ibama, 2000.
- BÉRRIOS, Manuel. Consumismo e Geração de Resíduos Sólidos. **GEOUSP**. São Paulo: n° 6, p.17-28, 1999.

BÉRRIOS, Manuel. Aterros Sanitários: solução relativa. **Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Rio de Janeiro: Out/2003, 12 p.

BOEIRA, Sérgio. **Coleta seletiva de lixo: o nó sistêmico**. Dezembro de 2000.

Disponível em: <http://www.imoveisvirtuais.com.br/lixo.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.67, pp. 101-116. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COELHO, Magda; VALLADARES, Licia. **Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma análise bibliográfica: o que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez/ANPOCS, vol. 2, 1987.

COLLA, Camila; KANAAN, Hanen; MORONA, Walter. **Perfil Sócio-econômico e Ambiental dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Criciúma - SC**. Relatório parcial de disciplina ministrada pelo Prof. Mario Ricardo Guadagnin. Criciúma: UNESC, 2002.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio; NOVAES, Henrique. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *In: Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. 216 p. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7353709/Tecnologia-Social>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

DAGNINO, Ricardo. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade,**

da coleta à comercialização. (Trabalho de Graduação) Orientação: Prof. Roberto Verdum. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 131p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21408/000738004.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

DAGNINO, Ricardo; VERDUM, Roberto. Dados sobre a coleta informal de materiais recicláveis em Porto Alegre/RS. *In: Anais do V Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2006. 8 p. Disponível em: <http://www.archive.org/details/catadores>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

GRIMBERG, Elisabeth. **Plataforma de educação socioambiental do programa coleta seletiva solidária**. Instituto Pólis, Março 2003. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_2_13.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

GUADAGNIN, Mário; COLLA, Camila. Como funciona a comercialização do material reciclado. *Anais do VI Seminário Nacional de Resíduos Sólidos*. ABES, 2002.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **The policy process in the modern capitalist state**. London: Harvester Wheatsheaf, 1993.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saneamento básico - 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/default.shtm>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saneamento básico - 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/default.shtm>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

- LEAL, Antonio; THOMAZ JR., Antonio; ALVES, Neri; GONÇALVES, Marcelino; DIBIESO, E.; CANTÓIA, Silvia; GOMES, Adriana; GONÇALVES, Sara; ROTTA, Valdir. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 177-190, 2002. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N19.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- LEWIS, Arthur. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961.
- MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo – Um Paradoxo da Modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.
- MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. (Tese de Doutorado, PPGS, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6190/000438203.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- MARTINS, Clitia Helena Backx. “Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional”. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE FGTAS/SINE-RS DIEESE SEADE-SP PMPA FAT, março de 2005, v. 5, p. 65-78. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo4.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- OPS (Organización Panamericana de la Salud). **Municipios Saludables**. Comunicación para la salud n° 11. Washington: OPS, 1997.
- PORTER, M. E. (1993) **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- ROSTOW, W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico, Um Manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro. Zahar, 1961.
- SACHS, Ignacy. **El juego de la armonización**. Mazingira, n°s 3/4, 1977.
- SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60. Bauru: AGB, 1977.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido - Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHUBERT, Clarence. El hombre es un recurso. **Mazingira**, n°12, 1977.
- SILVA, Eliane. Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbano : e os catadores? Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/PPGA, 2007. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12530>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.
- TOCCHIO, Sérgio. A Evolução e os desafios do programa de coleta seletiva do lixo em Curitiba. **Ciência & Ambiente**. (p.101-108). Vol. 18. Santa Maria: UFSM, 1999.
- VERDUM, Roberto. **O Ciclo do Papel, da Coleta ao Processamento: Personagens e Estrutura**. Trabalho de Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1988.
- VERDUM, Roberto. O Ciclo do Papel, da Coleta ao Processamento: Personagens e Estrutura. In: SUERTEGARAY, Dirce (org.) **Ambiente e Lugar no Urbano: A**

DAGNINO, R. de S. DAGNINO, R. P. políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. especial, 31 julho 2011. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegadaesp2011/04DAGNINOESP2011.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.